

**PEDRO DOMINGOS COSTA CARVALHO**

**O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO  
SOUSA**

**UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA**



**ORIENTADOR: MESTRE NUNO MADEIRA**

**OUTUBRO - 2006**



**PEDRO CARVALHO COSTA CARVALHO**

**O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO  
SOUSA**

**UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA**



**ORIENTADOR MESTRE NUNO MADEIRA**

**OUTUBRO 2006**

**PEDRO DOMINGOS COSTA CARVALHO**

**O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO  
SOUSA**

**ORIENTADOR MESTRE NUNO MADEIRA**

*Dissertação apresentada à Universidade  
Fernando Pessoa, como parte dos requisitos para  
a obtenção do grau de Pós – Graduado em  
Marketing Integrado de Comunicação e  
Promoção do Turismo*

## **Agradecimentos**

Às entidades e personalidades que conceberam, promoveram, e executaram o Programa de Formação para a Promoção e dinamização da Rota do Românico do Vale do Sousa

A todos os formadores desta Pós – Graduação, que foram inexecutáveis

Ao meu orientador, Mestre Nuno Madeira, que me guiou neste percurso

Aos colegas da Pós – Graduação, pela amizade e pelo apoio

Ao *designer* e amigo Ricardo Alves que fez o grafismo da capa deste trabalho

Aos meus Pais, pelo apoio de sempre

À minha esposa e ao meu filho, pelo apoio e compreensão



## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> -----	i – v
-------------------------	-------

### **PARTE I – REVISÃO DE LITERATURA**

1.1 – O turismo e os seus impactos -----	1-2
1.2 – A Relação Turismo/Desenvolvimento Sustentável/Turismo Consciente .....	3-9
1.3 – O pedestrianismo -----	9 -14
1.4 - O enquadramento do pedestrianismo no tecido turístico do Vale do Sousa ---	14-17
Conclusões da Revisão de Literatura -----	17-22

### **PARTE II – PESQUISA DE MARKETING**

2.1 – Definição do Problema ou Oportunidade -----	22-24
2.2 – Objectivos do Estudo -----	24-25
2.3 – Formulação de Hipóteses -----	25-26
2.4 – Metodologia -----	26-28
2.5 – Apresentação dos Resultados -----	28-34

### **PARTE III – CONCLUSÕES E PROPOSTAS**

3.1 – Conclusões-----	34-37
3.2 – Propostas -----	37-38

### **BIBLIOGRAFIA**

### **ANEXO 1 – Respostas aos Questionários**

# **“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

## **INTRODUÇÃO**

### **JUSTIFICAÇÃO DO TEMA**

Os motivos de escolha do tema “O Papel do Pedestrianismo no Desenvolvimento Sustentável de um Destino Turístico – A sua aplicabilidade ao Vale do Sousa”, prende-se, por um lado com o facto de enquanto técnico superior de turismo, considerar: que a aposta no sector turístico é insuficiente nomeadamente face a oportunidades de desenvolvimento associadas ao meio natural e rural, quando está cientificamente provado que os efeitos de projectos turísticos aplicados a estas escalas territoriais vão para além dos interesses económicos da indústria turística, pois representam um vasto leque de interesses para a sociedade: melhoria das condições de vida; criação de emprego; combate à desertificação; diminuição de assimetrias regionais; preservação do património natural e cultural - são em suma uma opção para o internacionalmente desejado desenvolvimento sustentável. Por outro lado, resultante da experiência que adquiri ao participar de montante a jusante no processo de interpretação, registo, implantação, homologação, promoção e dinamização de dois percursos pedestres no concelho de Felgueiras – os dois primeiros percursos pedestres a serem homologados/certificados pela qualidade no território do Vale do Sousa, e perceber que o pedestrianismo é importante como actividade de promoção do mundo mais interiorizado – mas que é também o mais diferenciador, representando uma interessante oferta ao nível da animação, da contemplação, da fruição das áreas de destino, sendo o “trilho” para o desenvolvimento e vivência de práticas sustentáveis.

### **ESTRUTURA DO TRABALHO**

O trabalho divide-se em três partes, além desta que faz a introdução pretendendo informar sobre os motivos de escolha do tema; sobre a estrutura em que o trabalho se desenvolve; e ainda fazer um enquadramento conceptual ao objecto em estudo. Abordam-se as grandes linhas que se julgam “abraçar” o objecto de estudo, fazendo um enquadramento das tendências do turismo, dos modelos de desenvolvimentos, das políticas para o desenvolvimento e para o turismo, da importância do turismo e particularmente do pedestrianismo. A Parte I é referente à pesquisa de literatura sobre os vários domínios sobre os quais o estudo incide, se movimenta, e reconhece, visando conhecer: o turismo e os seus impactos nas áreas de destino; a relação do turismo com o desenvolvimento sustentável e o

## **“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

turismo consciente ou responsável; o pedestrianismo; e o pedestrianismo no contexto do tecido turístico do Vale do Sousa. Esta parte inclui as conclusões da abordagem exploratória. A Parte II de pesquisa de marketing engloba a definição do problema ou oportunidade; os objectivos de estudo; a formulação de hipóteses; a metodologia seguida, e por fim a apresentação de resultados. A Parte III apresenta as conclusões, as propostas, e as sugestões para posteriores estudos e as limitações do trabalho.

### **ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL**

Perspectiva-se um forte impulso da indústria do Turismo ao nível mundial. Portugal, encara cada vez mais o Turismo como uma das suas mais promissoras actividades económicas, podendo ter um papel determinante no crescimento da economia, e na viragem para um moderno modelo de desenvolvimento. A importância do sector turístico revela-se não só no domínio económico, como também nos domínios: ambiental, social e cultural diminuindo assimetrias ao nível do desenvolvimento regional, preservando a natureza, protegendo o património cultural, melhorando a qualidade de vida, visando um turismo sustentável. Um dos produtos que se enquadra nesta vertente é o turismo de passeio pedestre, sendo hoje considerado um desafio do desenvolvimento local. Mas, e não obstante, é também uma realidade factual que o turismo é em determinados casos responsável pela degradação do património: ambiental, social e cultural das áreas de destino. Urge por isso planear eficientemente, e premiar a excelência!

A OMT – Organização mundial de Turismo estima que o número de chegadas às fronteiras mundiais, aumente dos actuais 700 milhões para 1.500 milhões em 2020. Mas, para que possamos beneficiar desses efeitos precisamos que o sector público e as empresas traduzam: profissionalismo, criatividade, competitividade e inovação em: desenvolvimento, crescimento e sucesso, pautado por padrões de qualidade e de sustentabilidade.

Assiste-se a uma viragem no rumo, onde o Turismo já não poderá oferecer apenas meros serviços, porque o “novo turista” potencialmente mais exigente, mais culto, mais consciente no consumo, mas igualmente mais saturado de destinos massificados - quer viver experiências únicas, enriquecedoras, e responsáveis. Estas novas tendências de desenvolvimento surgem porque, de uma forma geral o meio ambiente não representa a qualidade de vida desejável, verificando-se um excesso de carga no mundo urbano e uma insuficiente falta de preservação,

## **“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

protecção e qualificação das áreas naturais e rurais, daí as preocupações ambientais, que geram medidas de protecção das áreas naturais, e ao meio ambiente em geral, às várias escalas, manifestadas nas Agendas 21, na Rede Natura 2000, no Rótulo Ecológico, no ECO XXI entre outros programas, sendo visível que nas últimas duas décadas se despertou uma maior e crescente consciência internacional para os problemas ambientais, e para a necessidade de um desenvolvimento sustentável.

Do ponto de vista das áreas de destino existe muito potencial em Portugal, para o desenvolvimento do turismo de passeio pedestre, dado o vasto território de natureza selvagem e rural existente, que se pode enquadrar perfeitamente numa estratégia de desenvolvimento sustentável. (Rodrigues, 2004). Mas, é necessário que as políticas conjuguem os interesses ambientais com os interesses turísticos, numa necessária simbiose para o desenvolvimento.

As Políticas do Governo Português para o Turismo, nomeadamente no Plano Estratégico Nacional do Turismo 2006-2015, apontam como metas: contribuir mais para o PIB nacional; aumentar o emprego qualificado, e acelerar o crescimento do turismo interno. O Plano está estruturado em cinco Eixos. O Eixo I – Território, Destinos e Produtos, revela uma clara aposta no desenvolvimento de novos pólos de atracção turística, entre os quais se inclui o Douro - território de proximidade do Vale do Sousa. Perspectiva-se este desenvolvimento através da dinamização dos “clusters” regionais, de planos sectoriais, de acessos e rede de transportes mais competitivos; “Via rápida” para projectos de valor acrescentado; novo quadro de incentivos, e um calendário de animação regular, onde se perspectiva que o pedestrianismo venha a ter um papel importante. Estão definidos neste eixo 10 produtos, sendo que a previsão de produtos substitutos, está na base da atractividade. O Turismo de Natureza, é um desses produtos, considerado como inovador e cuja estratégia se destina à sua afirmação, pois é estimado um alto volume de procura: 20-52 milhões de viagens internacionais/ano na Europa, e uma alta taxa de crescimento: 8-10% anual. O Eixo II – Marcas e Mercados, apresenta como objectivos centrais: afirmar a Marca Portugal Turismo; consolidar e desenvolver mercados, onde é de referir, pelo interesse para o presente estudo, a dinamização de mercados de proximidade para atenuar assimetrias. O Eixo III – Qualificação de Recursos, tem como objectivos centrais: qualificar serviços e destinos, onde se vinca a importância estratégica do sistema “Rótulo Ecológico Europeu”, e do projecto “Sinalização Turística”; qualificar os recursos humanos, abrindo a formação em produtos estratégicos; desburocratizar, onde se aposta claramente no apoio aos projectos de valor acrescentado,

## **“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

direccionado às micro/pequenas empresas de animação turística e outras empresas em áreas qualificadas, o que exige a vocação dos territórios para o turismo, e onde o pedestrianismo encerra forte potencial. No Eixo IV – Distribuição e Comercialização, ajustar empresas e destinos aos novos modelos de negócio é o objectivo estratégico, onde se pretende: reforçar a presença on-line dos destinos; incentivar o acesso das empresas aos canais de distribuição electrónica - mais valias para destinos emergentes como os do Pedestrianismo. Torna-se um imperativo o estabelecimento de alianças estratégicas com grandes distribuidores on-line e o reposicionamento dos portais de destino para o negócio. O Eixo V – Inovação e Conhecimento, visa gerar conhecimento para a tomada de decisão, e a utilização das novas tecnologias, através de um Plano Tecnológico, para desenvolver o turismo. (ITP, 2006)

É de salientar que para Portugal, os quadros comunitários de apoio direccionaram um significativo investimento para: a preservação ambiental; para a qualificação do espaço rural, e em projectos dinamizadores ligados ao turismo. Mas, que aproveitamento se fez desses fundos, em concreto - que mais valias trouxe à oferta e que sustentabilidade lhe é reconhecida. No programa LEADER o “trilho pedestre” surge como uma ferramenta que pode inserir-se plenamente numa estratégia de desenvolvimento sustentável (Kachiner e Lyard, 2000). Abordando os fundos comunitários é tempo de ter presente a Decisão do Conselho da EU (2006/144/CE) de 20 de Fevereiro de 2006, que adoptou as orientações estratégicas comunitárias de desenvolvimento rural para o horizonte temporal 2007-2013. A política de desenvolvimento rural está centrada em três áreas fundamentais: economia agro-alimentar; ambiente e de forma geral economia e populações locais. A estrutura do programa está construída em torno de quatro eixos: eixo 1 “aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal”, o eixo 2 “melhoria do ambiente e da paisagem rural”, o eixo 3 “qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural” e o eixo 4 “Leader”. Política e estrategicamente são boas as perspectivas, mas é necessário que se aposte, se incentive e apoie, e que igualmente se fiscalize para garantir que se verifique efectivo aproveitamento dos “fundos escassos”, porque não visam financiar e muito menos criar subsidio – dependência, mas sim incentivar financeiramente o desenvolvimento. O desenvolvimento rural está orientado por princípios do desenvolvimento sustentável, que requer a compatibilização no espaço e no tempo, entre: crescimento, eficiência económica, conservação ambiental, qualidade de vida e equidade social.

**“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

No contexto da intervenção em áreas: naturais e rurais, o pedestrianismo é uma das actividades que outros Países empreenderam com sucesso, e Portugal embora com aposta recente também já revela sinais pontuais de sucesso. Existem novas oportunidades para serem aproveitadas, mas é preciso pesquisar para seguir a estratégia certa.

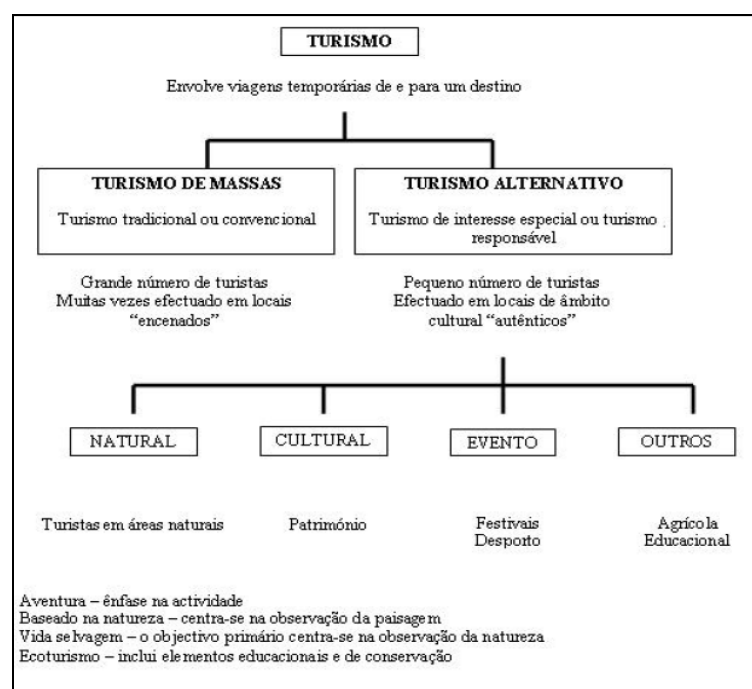
## **PARTE 1 - REVISÃO DE LITERATURA**

### **1.1 – O TURISMO E OS SEUS IMPACTOS**

De acordo com Gonçalves (2005), o turismo consiste num processo de consumo de experiências e de “venda de sonhos”, que sejam capazes de satisfazer as necessidades do consumidor de forma memorável. Cabugueira (2005), diz-nos que o Turismo é uma actividade económica de extrema importância, podendo desempenhar um papel importante e mesmo determinante no desenvolvimento de determinadas regiões, surgindo por isso como alternativa de desenvolvimento, podendo dinamizar as potencialidades naturais e histórico-culturais das regiões, sobretudo das mais deprimidas. Butler, 1993 (*cit. in* Martins 2004), referiu que o desenvolvimento do turismo, em muitas áreas se vinha pautando por um modelo paradigmático - demasiado assente no crescimento acelerado, com base num tipo de turismo e de turistas que muitas vezes degrada os recursos que originariamente atraíram os próprios visitantes, e que consequentemente, esta situação contribuiu para a emergência do turismo sustentado e de outras formas de turismo diferentes do turismo convencional de massas.

O turismo alternativo, surge como uma estratégia antagónica ao turismo convencional, e é nesta tipologia que o turismo de natureza se enquadra:

**Figura 1 – Turismo Alternativo**



Fonte: Rodrigues (2004), adaptado de Newsome *et al* 2002

## O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA

Trata-se de um produto que tem na sua essência uma procura de novas experiências, associadas à natureza; à descoberta; à necessidade de evasão e restabelecimento, mas igualmente de uma ética de consumo consciente, direccionado a “nichos” de mercado:

A Comissão Europeia, 1999 (*cit in* Universidade do Algarve 2001), considera destino turístico em duas vertentes, uma interna: que delimita um espaço dotado de coerência e autonomia de decisão, e outra externa: que diz respeito à imagem de destino e à sua percepção. Middleton, 1988: 78-81 (*cit. in* Kastenholz 2005), sugere o conceito do “produto turístico local”, definido como a experiência desde que o turista sai de casa até que regressa. Para Seitz & Meyer, 1995:11 (*cit. in* Kastenholz, 2005) o destino integra uma série de produtos singulares, para além de outros produtos e recursos, nem sempre directamente comercializáveis (simpatia da população, ambiente, património), e que, no seu todo representam um experiência turística.

Não é o desejo de alimentação ou a necessidade de dormir que são causais para o consumo turístico, mas a procura do destino ou então das suas características como um todo.

Silva, em 1992 (*cit. in* Universidade do Algarve, 2001) considerou, a partir da caracterização de Gunn (1988) e Travis (1989), que o destino turístico, deve entender-se como um instrumento baseado numa lógica coerente e integradora que inclua recursos naturais, população, transportes, atracções, imagem, equipamentos e infra-estruturas turísticas. Davidson, em 1997 (*cit. in* Universidade do Algarve, 2001) apontou como características partilhadas por todos os destinos:

O complexo e multidimensional produto turístico total, outras actividades económicas, uma comunidade hospedeira, uma ou várias autoridades locais eleitas e um sector privado activo.

Mais recentemente o turismo tem representado um caminho responsável para a preservação dos recursos naturais. A visão dos optimistas, é de que o turismo baseado na natureza oferece perspectivas de desenvolvimento sustentável, para os pessimistas, o turismo é visto apenas como um meio de procura de riqueza, de criação de marcas de poder, que traz resultados desastrosos para a natureza “(...) such tourism might have many of the hallmarks of “slow mining” with a result that landscapes can be “loved to death” (...). (Hall e Boyd, 2005)

## **1.2 - A RELAÇÃO: TURISMO/ DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL/TURISMO CONSCIENTE OU RESPONSÁVEL**

“Sendo o turismo uma opção de desenvolvimento não será despendendo reflectir sobre os pressupostos dos modelos de desenvolvimento” (Stiglitz, 2002, *cit in* Martins, 2004).

Pode-se considerar que a Conferência de Estocolmo em 1972 foi o lançamento do debate internacional em matéria de desenvolvimento sustentável. Mas, é a partir de 1992, data de realização da Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), que ficou conhecida como ECO92 ou Rio92, que o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser amplamente difundido. Na Conferência do Rio, nasce também a Agenda 21 que propõe os conceitos operacionais para a aplicação de uma política de desenvolvimento sustentável, surgindo o objectivo de construção de Planos de Acção a serem implementados a nível global, nacional e local, pelas organizações do Sistema das Nações Unidas, Governos e Autoridades Locais, bem como pelos cidadãos, em todas as áreas onde a actividade humana provoca impactes ambientais. Desde então, diversos países passaram a considerar o desenvolvimento sustentável como componente da sua estratégia política conjugando: ambiente, economia e aspectos sociais. Em 1993, a Comissão Europeia iniciou a primeira fase do Projecto das Cidades Sustentáveis. A Carta de Aalborg de 1994, impulsionou, as autoridades locais a aderirem àquele projecto e proporcionou, igualmente, um guia sobre o processo da Agenda Local 21. A implementação dos princípios gerais da Carta de Aalborg foi discutida em Lisboa em 1996, dando origem ao documento complementar intitulado da “Carta à acção”. Em Setembro de 2002, em Joanesburgo, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável reafirmou, claramente, a necessidade da plena implementação da Agenda 21, do Programa para Implementações Futuras e do Compromisso com os Princípios do Rio. Decidiu-se então que, em consonância com os Objectivos do Milénio, seria declarada a década 2005-2014 como “A Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável”. Tem como objectivo global integrar os valores inerentes ao Desenvolvimento Sustentável nas diferentes formas de aprendizagem, com vista a fomentar as transformações necessárias para atingir uma sociedade mais sustentável e justa para todos. Baseia-se na visão de um mundo de igual oportunidade no acesso à educação e à aquisição de valores que fomentem práticas sociais, económicas e políticas que contribuam para uma transformação positiva da sociedade. Este quadro orientador de valores só faz sentido se for

## **O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA**

traduzido num conjunto de acções, que visem redireccionar o actual caminho de insustentabilidade em que se conduz o desenvolvimento na maior parte das sociedades. Neste contexto, torna-se fundamental a elaboração de estratégias, a todos os níveis, que contribuam para reforçar as capacidades em matéria de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (Gomes, 2006).

Importa perceber qual a base, e quais os objectivos deste projecto à escala mundial:

“A Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objectivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflecte um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. O êxito da sua execução é responsabilidade, antes de mais nada, dos Governos. Para concretizá-la, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais.” (ANMP, 2006). Os objectos da Agenda 21 são:

Conseguir um mundo próspero (revitalização do crescimento com critérios sustentáveis); conseguir um mundo justo (vida sustentável para todos); conseguir um mundo habitável (desenvolvimento dos núcleos de população); a promoção de um mundo fértil (utilização eficiente dos recursos); a promoção de um mundo compartilhado (recursos globais e regionais); e a promoção de um mundo limpo (gestão de produtos químicos e de resíduos). (Gomes, 2006)

Sobressai a importância de referir o que é a Agenda 21 Local, e quais são as obrigações das autarquias neste âmbito, em cumprimento dos objectivos:

Cada poder local deverá entrar em diálogo com os seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas e deverá adoptar uma “Agenda 21 Local”. Através de processos consultivos e de estabelecimento de consensos, os poderes locais deverão aprender com os cidadãos e com as organizações locais, cívicas, comunitárias, comerciais e industriais e adquirir a informação necessária para elaborar melhores estratégias. O processo de consulta deverá aumentar a consciencialização familiar em questões de desenvolvimento sustentável. Os programas, as políticas, as leis, e os regulamentos das autoridades locais destinadas a cumprir os objectivos da Agenda 21 serão avaliados e modificados com base nos programas locais adoptados. (disponível em [www.anmp.pt](http://www.anmp.pt), e consultado em 2006. 09.25).

O ECO XXI, é um projecto inspirado nos princípios subjacentes à Agenda 21, visando reconhecer as boas práticas de sustentabilidade desenvolvidas ao nível do município. Pretende valorizar um conjunto de aspectos considerados fundamentais à construção do Desenvolvimento Sustentável, alicerçados em dois pilares: a educação no sentido da sustentabilidade; e a qualidade ambiental. Desde a sua fundação (1990) que a ABAE –

## O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA

Associação bandeira Azul da Europa, tem vindo a desenvolver, em Portugal, Campanhas, Projectos e Programas vocacionados para a mudança de comportamentos, através da sensibilização e educação ambiental, dirigidos a diversos públicos-alvo. Neste contexto, os municípios deverão equacionar uma crescente preocupação com a sensibilização e educação das suas populações. (Gomes, 2006)

Na mesma preocupação de protecção ecológica existem outros projectos europeus em que Portugal se insere. Portugal, possui uma rede de áreas protegidas no âmbito da Rede Natura 2000, onde se inclui o Rio Paiva.

A Rede Natura 2000, é uma rede ecológica de âmbito Europeu que tem como objectivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos *habitats* naturais e da fauna e da flora selvagens no território da União Europeia (...) visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico e tornando simultaneamente em consideração as exigências económicas, sociais, culturais, bem como as particularidades regionais e locais (ICN, 2006).

Outro sistema comunitário, o Rótulo Ecológico, visa promover produtos susceptíveis de contribuir para a diminuição dos impactos ambientais negativos, em comparação com outros produtos do mesmo grupo, visando uma utilização eficiente dos recursos e a garantia de um elevado nível de protecção do ambiente. Note-se, que o grupo de produtos para serviços de alojamento turístico foi o primeiro a ser desenvolvido para um serviço. O organismo competente em Portugal é a Direcção Geral da Empresa – Ministério da Economia e Inovação, onde os estabelecimentos de alojamento podem apresentar candidatura (de acordo com o manual de candidatura existente, e disponível). De salientar que entre outros estabelecimentos, podem candidatar-se estabelecimentos TER e Parques de Campismo. Aos estabelecimentos a quem seja atribuído o Rotulo Ecológico, não estarão só a ser mais amigos do ambiente, como também estarão a ser mais competitivos, devido à diminuição de custos, que o cumprimento dos critérios gera. A existência de zonas verdes, parques e jardins no âmbito das unidades de alojamento; bem como disponibilizar bicicletas aos hóspedes é premiada com pontuação na candidatura. De acordo com o relatório Brandtland (publicação das Nações Unidas “O Nosso Futuro Comum”, em 1987) que definiu os termos gerais para um modelo de desenvolvimento sustentável ao nível das actividades económicas, não particularizando o sector do turismo, o desenvolvimento sustentável é definido como “ (...) o desenvolvimento que reúne as

## O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA

necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades”. (Brás, M. 2005)

A definição de turismo sustentável é coerente com a definição de desenvolvimento sustentável, ou seja visa satisfazer várias necessidades actuais, não pondo em causa a sustentabilidade dos recursos utilizados, para o futuro! Turismo sustentável é definido como: Todas as formas de turismo (desenvolvimento, gestão, planeamento e actividades) que permitam manter a integridade do ambiente, da sociedade e da economia, o bem-estar e o equilíbrio dos recursos naturais, edificados e culturais para o futuro! FNNPE, (1993). O conceito do turismo sustentável começa a ganhar cada vez maior visibilidade. O turismo é agora visto como uma ferramenta para fomentar o desenvolvimento de regiões, do património, de áreas rurais e áreas com natureza “selvagem”. Neste contexto, os trilhos que permitem a circulação de ciclistas, cavaleiros e pedestrianistas começam a surgir como um elemento central de uma oferta alternativa de turismo (Lane, 1999). Vários autores consideram que a sustentabilidade do turismo passa por um equilíbrio entre a satisfação do cliente, a preservação dos recursos, e a sustentabilidade económica – financeira. Segundo Inskip, 1991, (*cit in* Brás, 2005) o desenvolvimento sustentável do turismo deve ser pensado de forma a garantir as necessidades do turista e as dos locais que os acolhem, mas protegendo e acautelando simultaneamente os recursos para o futuro, permitindo assim a satisfação das necessidades económicas, sociais e de ordem estética e ao mesmo tempo preservar a identidade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte da vida. Brito e Silva (2005), defendem o planeamento sustentável, porque promove um turismo: Soft, qualitativo, alternativo e responsável, que pressupõe uma visão administrativa e com objectivos económicos calculados, tendo presente a responsabilidade face à envolvente social, ambiental e cultural.

De acordo com um “*memorandum*”, enviado à União Europeia e aos Estados Membros pela Sustainable Tourism Coalition of European NGOs, iniciada pela International Friends of Nature, a Europa precisa de uma acção pró-activa, e de qualidade para a sustentabilidade do turismo, mantendo as âncoras da indústria: natureza intacta, rica e diversificada cultura, satisfação dos turistas e atitude positiva da população residente. Defendem que, o turismo é o principal agente do desenvolvimento sustentável, porque quaisquer medidas de desenvolvimento nesta área permitem situações de sucesso para os vários *stakeholders* envolvidos: implicando uma oferta mais atractiva aos turistas, mas também maior qualidade de vida aos residentes; um desenvolvimento positivo da industria do turismo a longo prazo,

## O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA

mas não menos na envolvente das regiões cuja preservação constitui um pré-requisito para um desenvolvimento sustentável.

Segundo Garcia (2004), o turismo sustentável gera importantes vantagens quer para a oferta, quer para a procura, quer para a conservação e protecção dos recursos.

Quadro 1 – Vantagens para o Turismo Sustentável

VANTAGENS DO TURISMO SUSTENTÁVEL	
PARA A INDÚSTRIA TURÍSTICA	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Reduz os custos, de alguns produtos;</li> <li>✓ Gera emprego, aproveitando os recursos humanos locais;</li> <li>✓ Inclui uma grande variedade de actividades na oferta;</li> <li>✓ Melhora a imagem das empresas, associando-a a preocupações ambientais, sociais e culturais;</li> <li>✓ Eleva a satisfação dos colaboradores, por lhe permitir laborar num meio ambiente saudável;</li> <li>✓ Oferece qualidade, respeitando o meio ambiente;</li> <li>✓ Oferece serviços diferenciadores e com tendência de crescimento da procura;</li> <li>✓ Atrai turistas que procuram gozar férias ambientalmente responsáveis.</li> </ul>
PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Acrescenta valor económico e social ao espaço natural onde se desenvolve;</li> <li>✓ Revaloriza económica e socialmente o espaço natural onde se desenvolve;</li> <li>✓ Pode gerar incentivos para a conservação, protecção e qualificação da natureza;</li> <li>✓ Fomenta projectos que permitem conservar, proteger, e qualificar a natureza;</li> <li>✓ Promove o conhecimento e consciencialização sobre a riqueza natural;</li> <li>✓ Recebe apoio político que pode contribuir para atrair financiamento.</li> </ul>
PARA O TURISTA	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ É uma actividade saudável, e de terapia ao stress;</li> <li>✓ Promove uma atitude de respeito, e positiva do turista em relação ao seu meio;</li> <li>✓ Proporciona um maior conhecimento das riquezas: natural, cultural e social;</li> <li>✓ Ao evitar a saturação dos destinos, evita a sensação de aglomeração, e de stress;</li> <li>✓ Oferece possibilidades de desfrute mais diversificadas, e a vivência de novas e memoráveis experiências;</li> <li>✓ Pode ter vantagens económicas para o consumidor, já que a oferta é mais diversificada e muitas das actividades sustentáveis não requerem gastos excessivos.</li> </ul>

(Adaptado de García, 2004)

Garcia (2004), que apontou as vantagens do turismo sustentável, apresenta – nos também um quadro de medidas, onde defende a existência de uma relação intrínseca entre o desenvolvimento sustentável do turismo e do turismo consciente/responsável, apontando medidas para um turismo consciente e responsável com o meio ambiente, a população local e as culturas locais.

**O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA**

Quadro 2 – Medidas para o Turismo consciente

MEDIDAS PARA UM TURISMO CONSCIENTE E RESPONSÁVEL COM O MEIO AMBIENTE, A POPULAÇÃO LOCAL E AS CULTURAS LOCAIS					
	Agentes de Viagens	Municípios	Hotelaria/Restauração	Organizadores de Actividades Recreativas	Turistas
Informação ao Turista	Promover condutas respeitadas com a natureza e a cultura dos destinos	Informar sobre os valores naturais e culturais do município	Orientar sobre os meios de transporte público e actividades complementares	Organizar actividades que permitam ao turista descobrir os valores dos lugares	Informarem-se dos valores e dos problemas locais
Paisagens, Valores Naturais	Os guias têm que conhecer os valores culturais e os problemas ambientais locais.	Utilizar o território de acordo com os valores naturais e com respeito ao património arquitectónico	Fazer estudos de impacto ambiental, adaptar os estabelecimentos à nova construção	Desenvolver actividades de modo a que não produzam impactos negativos	Eleger ofertas que não causam impacto ambiental nem exigem infra-estruturas causadoras de impactos negativos.
Fauna e Flora	Não oferecer destinos com valores naturais armazenados ou sensíveis.	Proteger e sensibilizar as áreas ou espécies vulneráveis	Adequar edifícios e jardins para favorecer a fauna silvestre	Evitar sempre riscos de contaminações ou danos	Respeitar animais e plantas para que estes não sejam comprados como “reuerdo”
Identidade Cultural	Os guias devem conhecer profundamente a cultura da população local/anfitriã	Potenciar a identidade cultural para que o turismo beneficie a cultura.	Oferecer um conforto adequado ao nível de vida local e oferecer a gastronomia local	Facilitar a integração do turista com o modo de vida local	Contactar com a população local e comprar artesanato local
Energia	Oferecer destinos com acesso ao transporte público,	Melhorar o transporte público e não-motorizado e criar áreas pedonais	Adoptar medidas de energia alternativa e consciencializar os clientes	Prescindir de actividades que consomem energias não renováveis	Utilizar o transporte público, passear, montar a cavalo e andar de bicicleta.
Água	Não oferecer destinos com problemas de escassez de água ou de depuração.	Construir depuradoras e promover medidas alternativas.	Instalar mecanismos de apoio e sensibilização aos clientes para que colaborem	Evitar actividades que desperdicem água ou que provoquem impactos sobre os meios aquáticos	Poupar água e não praticar actividades que a desperdicem
Resíduos	Utilizar papel reciclado nos folhetos publicitários	Fazer recolha selectiva, reciclar e fazer campanhas de sensibilização	Reduzir o número de embalagens não recicláveis	Utilizar materiais que não tenham origem em resíduos	Evitar embalagens não recicláveis

(Adaptado de Garcia, 2004)

No contexto das políticas do turismo sustentável, emergiu uma nova forma de turismo – o Ecoturismo.

“Ecoturismo: é uma forma de turismo sustentável baseado nos recursos naturais, onde é focada primordialmente a experiência e a aprendizagem da natureza, actividade eticamente gerida para ser de baixo impacto, não destrutiva, e orientada numa perspectiva local (...) (Fennell, *cit. in* Brás, 2005).

## “O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”

Ecoturismo, é também definido como uma actividade “(...) que permite o desenvolvimento do meio, o conhecimento cultural, a preservação e a valorização (EAA & ATON, 2000:4, *cit. in* Lee & Moscardo, 2005). De acordo com a OMT o ecoturismo representa 20% das viagens internacionais (WTO, 1998, *cit. in* International Ecotourism Society, 2002, *cit in* Deng et al., 2004). Um estudo realizado na Austrália (Lee, W e Moscardo, G, 2005) com o objectivo de conhecer o impacto do ecoturismo nos turistas, através de experiências em Resort`s revelou que a estadia num ambiente de ecoturismo, e as experiências ao ar livre aumentam a satisfação dos turistas, melhora a sua atitude perante a vida e representam uma forma mais sustentável de opção de alojamento.

### 1.3 – O PEDESTRIANISMO

O Homem está mais consciente da necessidade de preservação e de contacto com a natureza, e revela maior vontade de a fruir e de a desfrutar através de actividades de recreio, de lazer, e turismo, porque lhe oferece experiências diferentes e tem efeitos muito vantajosos para a saúde. Estes factores poderão estar na base do desenvolvimento do pedestrianismo. O trilho pedestre, é uma infra-estrutura que consiste em caminhos sinalizados que permitem o contacto com a natureza, e que pode constituir um produto turístico quando associado ao alojamento, à restauração, aos transportes e à interpretação.

**Figura n.º 2 – Trilho Pedestre**



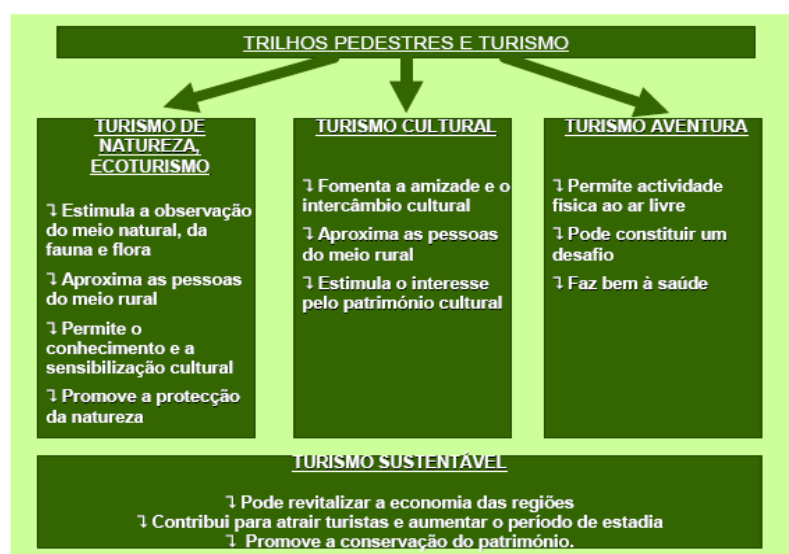
## “O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”

(Fonte: Kastenholz, E e Rodrigues, A 2006)

O pedestrianismo pode ser definido como o trajecto a pé, por trilhos sinalizados, que na sua maioria se situam na natureza (Manso 2002, *cit in* Rodrigues 2004). Pode ser praticado em percursos de pequena ou longa distância, caminhando poucas horas ou mais de um dia de jornada, podendo implicar o acampamento, actividade que é designada internacionalmente por *trekking*. Segundo Gonçalves, 2002 o que distingue o pedestrianismo de outras actividades similares é o facto de se desenvolver em caminhos sinalizados e com marcas e códigos internacionalmente reconhecidos e aceites.

O trilho pedestre pode representar um desafio, enquadrando-se assim no turismo de aventura/activo. Pode ainda permitir o contacto directo com as comunidades locais e com o património construído, ao longo do seu percurso, integrando-o numa óptica de turismo cultural. As actividades potenciadas pelo trilho pedestre podem ainda trazer benefícios económicos para as populações locais e fomentar a preservação do meio natural e cultural, indo assim ao encontro aos princípios da sustentabilidade. O trilho pedestre pode ser desenvolvido como elemento principal da actividade turística como é o caso de algumas rotas implementadas nos Alpes Franceses, mas pode também ser um complemento a outras actividades locais. Por exemplo, o trilho de “São Gregório” em Borba, Alentejo que se encontra localizado perto de uma unidade TER e constitui um factor de fixação dos clientes da unidade (Rodrigues, 2004)

**Figura 3 – Trilho Pedestre e Turismo**



## **“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

(Fonte: Kastenholz, e Rodrigues, 2006)

Rodrigues (2004), refere numa análise exploratória ao mercado dos trilhos pedestres em Portugal que Portugal é um país com bastantes recursos para a prática do pedestrianismo. Em muitas áreas naturais existem trilhos com muita afluência, embora alguns não estejam devidamente homologados. Os pedestrianistas portugueses são provenientes, na sua maioria da faixa litoral, revelando uma maior necessidade de acompanhamento por guias. Os pedestrianistas estrangeiros recorrem com maior afluência às infra-estruturas e aos serviços da indústria turística (fontes de informação formais, viaturas alugadas, agências de viagens, operadores turísticos e a unidades de alojamento); representam mais gastos no destino turístico, revelam maior sensibilidade ambiental e são mais aventureiros. São provenientes do mercado Europeu, nomeadamente: França, Holanda, Alemanha e Reino Unido.

O Plano Turístico Nacional 2006, para a Promoção Turística Externa de Portugal 2006, apresenta na sua matriz de orientação estratégica os seguintes mercados emissores para o Turismo activo: para os destinos: Norte de Portugal; Beiras; Alentejo; e Algarve – mercados emissores: Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Holanda e Reino Unido e para o destino: Lisboa e Vale do Tejo – mercados emissores: Bélgica, Espanha, França, Holanda, Reino Unido, Suécia e Suíça (ITP, 2006)

O Pedestrianismo como é conhecido hoje, começou em França, 1949 quando os primeiros percursos foram sinalizados. Hoje a França é uma potência pedestrianista com 180.000 Km de percursos pedestres de grande rota marcados e 200.000 praticantes federados. Em seguida muitos Países seguiram o modelo Francês (Serrão, 1997, *cit in* Rodrigues, 2004). Portugal também seguiu o modelo Francês, em 1997 (Rodrigues, 2004). Em Espanha o pedestrianismo começou em 1973, detendo actualmente um enorme potencial de praticantes e de percursos pedestres marcados. Na Alemanha os pedestrianistas federados são mais de 650.000! (Gonçalves, 2003).

Em 1969, foi criada na Alemanha a Federação Internacional de Trilhos Pedestres (ERA) que visa unir as associações e federações nacionais, para que façam intercâmbios e projectos comuns. A ERA desenvolve as seguintes actividades: a criação e manutenção de trilhos de âmbito continental: rota E, símbolo de unidade entre as nações europeias; divulgação dos trilhos e do património que incluem, principalmente das rotas Europeias; chamar à atenção

## **“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

para a acessibilidade aos trilhos uma vez que as leis que impõe restrições são diferentes de País para País; conseguir apoios nos diferentes níveis da sociedade tendo em vista uniformizar as regras que definem a utilização dos caminhos.

Existe um Registo Nacional de Percursos Pedestres, que visa: registar, numerar e homologar os percursos, bem como fazer a sua divulgação nacional e internacional. As normas para marcação dos percursos estão divulgadas na publicação “Percursos Pedestres – Normas para a implementação e marcação”, edição do Centro de Estudos e Formação Desportiva, ISBN 972-8460-23-6, DEPÓSITO LEGAL 163342/01. São regras de marcação (cores, letras e tamanhos, tipo e género de sinalética), de segurança (boa orientação, trilhos transitáveis), de duração: PR – Pequena Rota, até 30 Km; GR – Grande Rota, mais de 30 Km e com dois dias de Jornada, e quando são transeuropeus: iniciando ou terminando em Portugal decorrendo por mais de três países a numeração é complementada com a letra E. Existe a obrigatoriedade de manutenção dos percursos, durante 5 anos, findo este prazo os percursos são novamente vistoriados pela FPCM. (FPCM, 2006)

Um percurso pedestre marcado no terreno poderá equiparar-se a uma instalação desportiva e, isso implica a responsabilidade de quem o marca, nomeadamente, a responsabilidade civil. Visando a aplicação dos princípios gerais de marcação de percursos pedestres adoptados na Declaração de Bachine, aprovada pela Assembleia Geral da ERA – European Ramblers Association, realizada em Brilon, Alemanha, no dia 09 de Outubro de 2004, compete à Federação Portuguesa de Campismo e Montanhismo de Portugal a implementação, de percursos pedestres e a sua homologação, conforme regulamento. Decorre da Lei de Bases do Desporto, do Regime Jurídico das Federações Desportivas e do Estatuto de Utilidade Pública Desportiva, a competência da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP), para o exercício de poderes regulamentares, no âmbito das modalidades entre as quais o pedestrianismo. (FCMP, 2006)

De acordo com a ERA, Portugal está neste momento ligado a apenas um percurso Trans-Europeu, o E 7, que tem o seguinte trajecto: Portugal (Monfortinho) GR 12 – Espanha – França – Itália – Eslovénia – Hungria, com uma distância total de 4330 Km. Portugal tem outras Grandes Rotas, já sinalizadas e em projecto com o objectivo traçado pela ligação a grandes percursos Europeus, de destacar: a GR 11 ao Caminho do Atlântico E9; o GR 11.2 ao

## “O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”

Caminho de Santiago (considerada a Rota Cultural da Europa); a GR 14 à Rota dos Vinhos da Europa. (Gonçalves, 2003).

**Figura 4 - Rotas de Longa Distância**



Fonte: ERA (2006)

O Pedestrianismo em Portugal tem vindo a manifestar um crescente alento: através da criação de rotas: pela FCMP, pelas suas associadas e por outras entidades como autarquias, regiões de turismo, e parques naturais. Por outro lado a acção: das empresas de animação turística, da Hotelaria, do alojamento TER, que vão apostando na venda do pedestrianismo como forma de valorização do seu produto, materializa a adopção do pedestrianismo como actividade turística, de complemento aos seus produtos. A venda do pedestrianismo como produto de motivação principal acontece na Madeira. O operador Club Marco Polo, vende percursos pedestres na Madeira, a grupos provenientes dos centros urbanos: Madrid e Barcelona. ( [www.clubmarcopolo.es/trekkings/madeira.htm](http://www.clubmarcopolo.es/trekkings/madeira.htm), consultado em 29.05.2006)

Segundo fonte da FPCM das 350 pequenas rotas existentes em Portugal, 315 estão registadas e apenas 35 se encontram homologadas, existindo mais 80 pequenas rotas em estudo. Existem

## **“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

6 Grandes Rotas homologadas, e 41 registadas. Em termos de grandes rotas europeias, referem existir duas homologadas, duas registadas e uma em estudo. Esta fonte contradiz os dados da ERA que indica apenas um percurso transeuropeu a incluir Portugal.

As empresas de animação turística surgem como os operadores mais vocacionados para a dinamização do pedestrianismo, não obstante a importância dos grandes operadores turísticos. O Decreto-Lei n.º 204/2000, alterado pelo Decreto-Lei n.º 108/2002 visa regulamentar o acesso e o exercício da actividade das empresas de animação turística. “São empresas de animação turística as que tenham por objecto a exploração de actividades lúdicas, culturais, desportivas ou de lazer, que contribuam para o desenvolvimento turístico de uma determinada região e não se configurem como empreendimentos turísticos, estabelecimentos de restauração e de bebidas, casas e empreendimentos de turismo no espaço rural, casas de natureza e agências de viagens e turismo.

Entre as suas áreas de trabalho estão previstas na lei, as instalações e equipamentos destinados a passeios em percursos pedestres e interpretativos. As empresas estão obrigadas a garantir aos seus clientes vários seguros: acidentes pessoais; assistência a pessoas e responsabilidade civil. Existem 327 empresas licenciadas pela DGT – Direcção Geral de Turismo, distribuídas por todos os Distritos do País.

### **1.4 – O ENQUADRAMENTO DO PEDESTRIANISMO NO TECIDO TURÍSTICO DO VALE DO SOUSA**

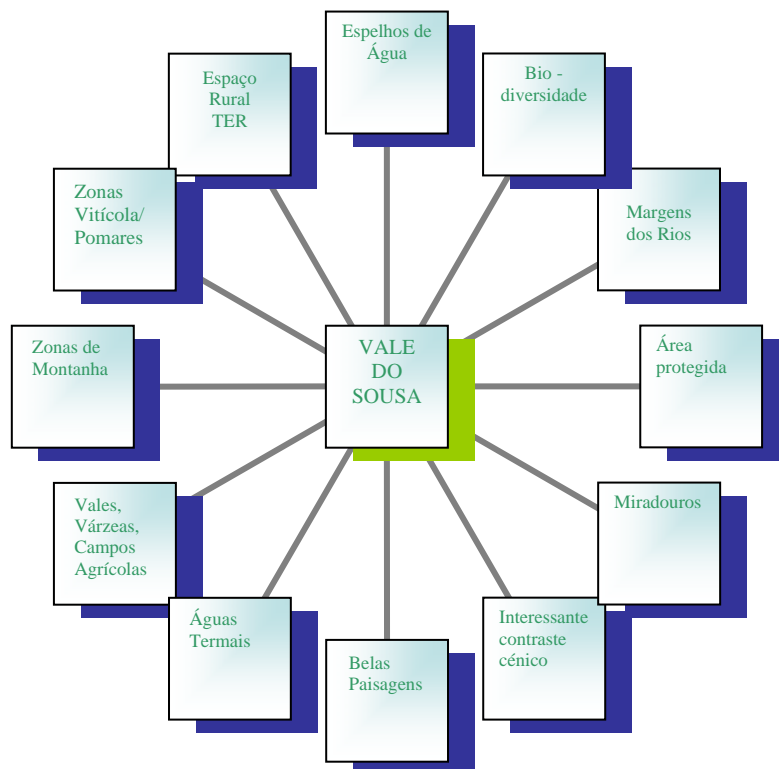
O Vale do Sousa possui em termos de áreas protegidas, o Rio Paiva, que está classificado na Rede Natura 2000, abrangendo o concelho de Castelo de Paiva, que representa para esta classificação 12% do total da área por concelho e 5% do da área do concelho. O rio Paiva é considerado, em termos da qualidade da água, um dos melhores rios da Europa (ICN, 2006). No Vale do Sousa, destacam-se algumas áreas pela sua rara beleza paisagística, e pela biodiversidade que albergam:

Podem salientar-se: uma ambiência climática favorável à prática de actividades ao ar livre; espelhos de água e espaços verdes adjacentes, com condição cénica especial (vales, rios, praias fluviais e albufeiras) destacando-se os rios: Douro; Sousa, Ferreira, Tâmega, Vizela; Paiva e Arda, nos quais se encontram interessantes trilhos e alguns meios de apoio ao desporto, ao lazer e ao turismo. Os montes e serras, são áreas a proteger pelos interessantes trilhos, sendo miradouros magníficos à fruição de várzeas, vales, e campos agrícolas. Espaços naturais com grande contraste cénico: O Vale do Douro; a garganta rochosa da Sr.ª do Salto (Aguiar de Sousa), o

## “O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”

Covão em Baltar, os vários penedos em Lousada e em Castelo de Paiva. Paisagens rurais para Norte e para Sul do eixo Paredes/Penafiel, com a marca do baixo Minho, associadas ao vinho e aos pomares. Águas termais com potencial curativo no concelho de Penafiel. (DHV M)

**Figura 5 - Recursos potenciais para a criação de Percursos Pedestres no Vale do Sousa**



Fonte: Elaboração do Autor

O Vale do Sousa, perspectiva maior vocação e capacidade do que a expressão que tem revelado enquanto espaço de destino de fluxos turísticos. No entanto, as tendências apontam para uma gradual expansão das actividades relacionadas com o Turismo e o Lazer. A sua localização é favorável por se inserir no centro de uma triangularidade formada por três espaços com expressiva dinâmica do turismo da Região Norte: o Porto e a sua área metropolitana; o pólo: Braga/Guimarães (Património da Humanidade), e o eixo do Douro, abrindo perspectivas para o desenvolvimento de inter – dependências, uma vez que o Vale do Sousa dispõe de algumas potencialidades que poderão garantir um incremento expressivo no médio e longo prazo.

## **“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

A proximidade da área do Grande Porto (que dispõe de aeroporto internacional), e o desenvolvimento em termos das várias acessibilidades, o que permite encurtar as distâncias – tempo, representam um horizonte de novas oportunidades de desenvolvimento do sector.

A síntese de resultados do Plano de Acção para a Implementação e Dinamização Turística e Cultural da Rota do Românico do Vale do Sousa, evidencia que a matriz de atractividade, em relação ao Vale do Sousa, tem a mais forte incidência de factores como paisagens e o ambiente, gastronomia típica e festividades e tradições

Em termos de oportunidade de mercado o estudo revela que:

(...) O movimento de turistas que o Vale do Douro atrai anualmente pode ser combinado com a procura complementar do Vale do Sousa, uma vez que as condições de proximidade são favoráveis a esta interdependência.

O Vale do Sousa dispõe de alguma oferta para o acolhimento do turismo associado aos trilhos pedestres: 30 estabelecimentos e uma capacidade de alojamento de 318 camas. Em termos de alojamento hoteleiro o Vale do Sousa tem uma capacidade de 30 estabelecimentos e uma capacidade de alojamento global de 1165 camas, o que revela um tecido turístico pouco amadurecido. (DHVMC)

O Turismo no Vale do Sousa, apresenta uma estrutura associada ao turismo de negócios e o desempenho da indústria, que geram fluxos para a hotelaria, e pela incipiência da expansão de novos produtos que aqui emergiram no decénio precedente (turismo em espaço rural, touring, turismo activo), mas que ainda são relativamente limitados na sua expressão económica. O Turismo em Espaço Rural, que combina a expressão de património rural, paisagístico, ambiental e cultural, surge como um produto com potencial mas que revela carências de oferta complementar, nomeadamente de animação e à adequação e promoção turística. O Turismo de saúde, associado às Termas da Torre de Entre-os-rios, que combinam repouso, animação e manutenção poderá sentir algum desenvolvimento associado à Rota do Românico e ao surgimento de ofertas complementares de animação e de visitas organizadas. No conjunto dos produtos turísticos estão a emergir cinco que revelam algum potencial de crescimento e de articulação parcial com a Rota do Românico: turismo activo; touring cultural; turismo de eventos e de animação; enoturismo e turismo de natureza e paisagem.

## **“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

De acordo com as conclusões do estudo, o Turismo no Vale do Sousa aponta para uma “cadeia de produto” dominante: o turismo de negócios e as actividades profissionais; três complementares: o touring; o turismo em espaço rural e o turismo de saúde; e as restantes actividades que desempenham um de amadurecimento do destino turístico, mas com efeitos parcialmente relevantes no tecido económico do turismo do Vale do Sousa. (DHV MC, 2004)

### **CONCLUSÕES DA REVISÃO DE LITERATURA**

Volvidas mais de três décadas desde o início do debate internacional em matéria de desenvolvimento sustentável, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável reafirmou, claramente, a necessidade da plena implementação da Agenda 21, declarando a década 2005-2014 como “A Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável”. Impondo por isso, a aplicação de estratégias de desenvolvimento que visem a sustentabilidade. O turismo, enquanto actividade que exerce fortes impactos positivos e negativos nas áreas de destino, e que revela grande transversalidade no seu domínio de acção está fortemente associada ao objectivo da sustentabilidade.

Efectivamente, paralelamente às tendências de crescimento do turismo mundial, verifica-se igualmente uma tendência mundial para um desenvolvimento sustentável do turismo, assente globalmente nos princípios definidos para a Agenda 21, aos níveis: europeu, nacional, e local através de programas comunitários como o Rótulo Ecológico; a Rede Natura 2000; o ECO XXI, a e as Agendas 21 locais, que se repercutem nas estratégias políticas e empresariais para o turismo. Estes programas são grandes impulsionadores, promotores e reguladores da sustentabilidade. Mas, constata-se que a adopção da Agenda 21 local, está ainda numa fase de primeira abordagem quando deveria estar já a ser implementada. O próprio ECO XXI, programa promotor da Agenda XXI local, não mereceu ainda a participação da maioria, e o Rótulo Ecológico para o alojamento turístico, também não está a merecer o interesse estratégico das empresas. A Rede Natura 2000, revela uma maior dinâmica no âmbito da protecção e interpretação da riqueza ambiental do País.

O Turismo está efectivamente a seguir novas tendências, devido aos factores políticos já invocados; ao excesso de carga das áreas de destino, e às “necessidades” do “novo turista”.

## “O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”

Verifica-se a mudança, através do processo em que actualmente consiste o turismo: de “venda de sonhos” e “consumo de experiências”.

O conceito de turismo sustentável emana do conceito de desenvolvimento sustentável, visando satisfazer as necessidades actuais, não comprometendo a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades. A sustentabilidade do turismo passa por uma relação de equilíbrio entre a satisfação do cliente, a preservação dos recursos naturais, e sócio-culturais e a sustentabilidade económico-financeira.

O turismo sustentável traz vários benefícios para a indústria turística; para a preservação da natureza e para os próprios turistas. É defendido por alguns autores, como o principal agente do desenvolvimento sustentável, baseado numa argumentação que se prende com o facto das acções de desenvolvimento permitirem situações de sucesso para os vários *stakeholders* envolvidos: oferta mais atractiva para os turistas; melhor qualidade de vida dos residentes; desenvolvimento económico; preservação do meio ambiente – requisitos para a prática de um desenvolvimento que se pretende mais sustentável.

Se é verdade que o turismo é uma industria que representa importância aos níveis: económico, social e cultural, também é uma realidade factual que provoca impactos negativos em algumas áreas de destino. Encara-se o turismo alternativo com mais sustentável, mas é preciso ter em conta que podemos ter destinos com fortes fluxos, com uma actividade mais sustentável que a de alguns destinos alternativos que não cumprem com os princípios da sustentabilidade. É por isso necessário monitorizar a prática de sustentabilidade das áreas de destino.

Para que se verifique o desenvolvimento sustentável do turismo é necessário que haja uma atitude consciente e responsável dos vários agentes da oferta; das entidades estatais e dos próprios turistas. Só é possível ter-se turismo sustentável, se a área de destino também estiver num “seio” sustentável.

O Plano Estratégico Nacional de Turismo 2006-2015, revela aposta em novos pólos de atracção turística, sendo o Turismo de Natureza encarado como um produto substituto e inovador, direccionado a projectos que acrescentem valor e, direccionado às micro-empresas. Surgem assim, produtos alternativos que visam: criar diferenciação através de uma oferta:

## “O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”

inovadora, diversificada, personalizada - capaz de satisfazer as exigências dos novos segmentos de mercado; diminuir a sazonalidade; criar emprego e fixar as populações locais; diminuir assimetrias regionais. O turismo activo, o turismo de natureza e o turismo de aventura – são produtos emergentes e alternativos onde o pedestrianismo se insere. O pedestrianismo enquadra-se numa estratégia de turismo sustentável, mas embora seja visível o surgir de novas rotas, e uma maior divulgação desta actividade, não é claro o seu desenvolvimento e crescimento associado ao turismo, e particularmente ao turismo sustentável.

A França foi o primeiro País da Europa a proceder à marcação e sinalização de trilhos em 1949, sendo que Portugal, só iniciou a marcação e sinalização em 1997. Estamos por isso atrasados quase meio século, relativamente ao reconhecimento da importância do pedestrianismo para o turismo, e que não se compreende num País que sempre se caracterizou pela sua vertente associada aos elementos naturais, ao mar e à terra e às lindas aldeias. O pedestrianismo é definido como o trajecto a pé, por trilhos sinalizados, que na sua maioria se situam na natureza. Pode ser praticado em percursos de pequena ou longa distância, caminhando poucas horas ou mais de um dia de jornada, podendo implicar o acampamento, actividade que é designada internacionalmente por *trekking*. O que distingue o pedestrianismo de outras actividades similares é o facto de se desenvolver em caminhos sinalizados e com marcas e códigos internacionalmente reconhecidos e aceites.

Segundo fonte da FPCM das 350 pequenas rotas existentes em Portugal, 315 estão registadas e apenas 35 se encontram homologadas, existindo mais 80 pequenas rotas em estudo. Existem 6 Grandes Rotas homologadas, e 41 registadas. Em termos de grandes rotas europeias, referem existir duas homologadas, duas registadas e uma em estudo. Esta fonte contradiz os dados da ERA que indica apenas um percurso transeuropeu a incluir Portugal. Assim, se o grande interesse da homologação dos percursos para o turismo é garantir a sua certificação de qualidade e mais valias pela uniformização da sinalização e das regras em geral, as garantias não são as melhores, a ver pelo grande número de rotas que apenas estão registadas mas não possuem homologação. De grande relevância estratégica para o turismo são os percursos transeuropeus pela mística, pela imagem e visibilidade, pela promoção da marca Portugal e pela ligação cultural à Europa, onde se localizam os mercados emissores.

## **“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

Os principais mercados emissores para o Pedestrianismo em Portugal são provenientes do litoral do mercado nacional, e do mercado Europeu, nomeadamente: França, Espanha, Alemanha e Reino Unido.

Em 1969, foi criada na Alemanha a Federação Internacional de Trilhos Pedestres (ERA), da qual é associada a Federação Portuguesa de Campismo e Montanhismo. De salientar entre as suas actividades visa: unir as associações e federações nacionais, para que façam intercâmbios e projectos comuns, como é o caso dos grandes percursos transeuropeus; e conseguir apoios nos diferentes níveis da sociedade tendo em vista uniformizar as regras que definem a utilização dos caminhos.

Mas como enquadrar o pedestrianismo no Vale do Sousa. A região possui uma área protegida - o Rio Paiva que está classificado na Rede Natura 2000, abrangendo o concelho de Castelo de Paiva. A classificação impõe várias restrições de edificação e ocupação, incluindo as inerentes à actividade turística (expansão urbano-turística), o que pode representar uma oportunidade de desenvolvimento para o Pedestrianismo, pelos atractivos e porque é uma actividade que pode ser de baixo impacto, se for bem controlada. Existem outros atractivos no território do Vale do Sousa associados: à beleza paisagística; à biodiversidade; à ambiência climática favorável; aos espelhos de água e espaços verdes condição cénica especial; aos montes; às serras, aos miradouros magníficos à fruição de várzeas, vales, e campos agrícolas; aos espaços naturais com grande contraste cénico; às paisagens rurais associadas ao vinho e aos pomares; às águas termais, enfim existem muitos atractivos que encontram na generalidade caminhos tradicionais para poderem ser contemplados e fruídos.

O Vale do Sousa, possui maior potencial do que a expressão que efectivamente têm tido enquanto área de destino, não obstante novas tendências apontem para uma gradual expansão das actividades relacionadas com o Turismo e o Lazer, e a matriz de atractividade, em relação ao Vale do Sousa, tem a mais forte incidência de factores como paisagens e o ambiente, gastronomia típica e festividades e tradições.

O enquadramento geográfico, no centro da triangularidade: Porto; Braga-Guimarães e o eixo do Douro representa vantagens importantes. A maior proximidade do Grande Porto (que

## **“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

dispõe de aeroporto internacional), devido ao novo quadro de acessibilidades, o que permite encurtar as distâncias, representa uma oportunidade de desenvolvimento turístico da região.

O Vale do Sousa revela-se um tecido turístico pouco amadurecido, a ver pela própria capacidade de alojamento que na totalidade não atinge as 1500 camas. Apresenta fluxos provenientes do turismo de negócios e da actividade gerada pela indústria que geram fluxos para a hotelaria, e de menor expansão fluxos de novos produtos que aqui emergiram no decénio precedente (turismo em espaço rural, touring, turismo activo), mas que ainda são relativamente limitados na sua expressão económica.

O Turismo em Espaço Rural, que conjuga na oferta: património rural, paisagístico, ambiental e cultural, surge como um produto com potencial, mas a revelar carências de oferta complementar, nomeadamente de animação e à adequação e promoção turística. Desenha-se aqui uma oportunidade de desenvolvimento do pedestrianismo como produto complementar, mas é necessário associar os produtos, dinamizá-los e promovê-los convenientemente junto dos mercados emissores. O Vale do Sousa possui muitos recursos para se associar a estes produtos: artesanato, vinho verde, gastronomia típica, lendas, etnografia, actividade agrícola, património inserido em zonas rurais. As empresas de animação turística poderão ter um papel importante no desenvolvimento e comercialização do produto.

Prevê-se também que o turismo de saúde, que combinam repouso, animação e manutenção possa sentir algum desenvolvimento associado à Rota do Românico e ao surgimento de ofertas complementares de animação e de vistas organizadas. Outra oportunidade de desenvolvimento do pedestrianismo.

No conjunto dos produtos turísticos estão a emergir cinco que revelam algum potencial de crescimento e de articulação parcial com a Rota do Românico: turismo activo; touring cultural; turismo de eventos e de animação; enoturismo e turismo de natureza e paisagem. As rotas pedestres ancoradas pelas Rotas do Românico, revelando até possibilidades de ligação - representam perspectivas de aposta do desenvolvimento turístico da Região, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Assim, perspectiva-se uma lógica de desenvolvimento do produto em cadeia, com um eixo dominante: o turismo de negócios e as actividades profissionais; três complementares: o

## **“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

*touring*; o turismo em espaço rural e o turismo de saúde; e as restantes actividades que desempenham um papel de amadurecimento do destino turístico, mas com efeitos parcialmente relevantes no tecido económico do turismo do Vale do Sousa.

É objectivo do trabalho empírico perceber que papel está a ter o Pedestrianismo no território de Portugal continental, no quadro do tão desejável desenvolvimento sustentável nas áreas de destino; aferindo que importância as entidades com responsabilidades nos domínios do turismo, do planeamento, do desenvolvimento atribuem a esta actividade emergente, que dinâmica, que projectos e que perspectivas de desenvolvimento; assim como aferir a dinâmica que as empresas que estão vocacionadas para o seu desenvolvimento estão a operar, com que apoio público contam e como se desenha o horizonte desta actividade considerada potencialmente inovadora e geradora de vários benefícios enquadrados numa óptica de sustentabilidade. É, este o objecto central do trabalho empírico, visando também orientar estratégias de aplicabilidade ao território do Vale do Sousa!

### **PARTE II – PESQUISA DE MARKETING**

#### **2.1 - DEFINIÇÃO DO PROBLEMA OU OPORTUNIDADE**

Está cientificamente reconhecida a importância económica do turismo, e o papel que encerra no desenvolvimento de determinadas regiões, enquanto destinos turísticos. Mas, o desafio é como garantir o desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos, conceito que se traduz no equilíbrio entre a satisfação do turista, e das populações locais; na preservação dos vários recursos, naturais, sócio-culturais e na sustentabilidade económico-financeira. O turismo de massas parece representar uma ameaça à sustentabilidade, porque ultrapassa a capacidade de carga – com efeitos negativos nos recursos naturais e culturais, e no *habitat* de residentes e turistas. Surgem assim novas tendências, ancoradas numa aposta em territórios detentores de atractivos naturais, e onde existem outros atractivos sociais e culturais – diferenciadores.

Os princípios da sustentabilidade do turismo cruzam-se com os objectivos internacionalmente aceites para o desenvolvimento sustentável, e tem como pano de fundo a Agenda 21. As dimensões consideradas são a económica, a ambiental e a social, e o objectivo é a sua integração, tendo em vista um equilíbrio sustentável. Por isso, surge maior consenso na aposta em projectos que criem valor acrescentado, através dos enraizamentos locais, da valorização

## **“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

do envolvimento cívico e dos actores principais, da participação activa, unindo interesses e tendo sempre uma visão de longo prazo, e portanto de futuro. Que projectos se estão a desenvolver neste sentido? Qual serão os resultados do projecto ECO XXI, ou dos Eco-municípios?

O sedentarismo das grandes cidades; a fuga ao stress do quotidiano urbano; a sensibilidade do “novo turista” com maior cultura ecológica; sugere uma tendência para o aumento de actividades ao ar livre e em contacto com a natureza, e portanto uma notória oportunidade de mercado. Aproveitar trilhos (caminhos desactivados, esquecidos no tempo, com risco de desertificação, na rota de outros atractivos) para rotas turísticas, revela-se teoricamente importante quer em termos ambientais, quer em termos sociais pela importância que a recuperação e preservação representa para as populações locais, quer em termos económicos porque vem potenciar outras vertentes da fileira turística (restauração, alojamento TER, artesanato). Ao sinalizar, interpretar e vocacionar a natureza para o lazer, e por outro lado a melhorar as condições de vida das populações locais está-se a aumentar a satisfação dos turistas. Mas, será que o pedestrianismo em Portugal está a ser implantado nesta perspectiva integrada? Qual a posta que está a ser feita em termos de infra-estruturas capazes de vocacionar os trilhos para o turismo?

O Pedestrianismo, enquanto actividade turística, pode representar uma componente do produto/destino turístico, ou ser mesmo o atractivo principal. Não obstante, o pedestrianismo é directamente um estímulo à contemplação da natureza e assim um incentivo à protecção de recursos naturais e culturais, imprescindíveis de um destino turístico. Enquanto produto turístico, enquadra-se: no Turismo de Natureza, nomeadamente no turismo activo, no turismo de aventura, e no ecoturismo bem como no Turismo Cultural. Qual o enquadramento legal que está a ser seguido para a comercialização da actividade?

Em Portugal, existe uma rede de percursos pedestres que se entende por todo o País, com pequenas e grandes rotas, e algumas ligadas (ou em processo de ligação) internacionalmente. O sinal é de que a actividade está em crescimento, mas estará a ser convenientemente aproveitada para o turismo, e se está qual o seu papel para o desenvolvimento sustentável deste sector?

## **“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

Os responsáveis pelos percursos responsabilidade destas rotas são colectividades de pedestrianismo, orientação e montanhismo associadas na FPCM, de autarquias, regiões de turismo, parques naturais e da própria federação. Estará salvaguardada a dinamização dos percursos? Estará a ser feita a necessária promoção do pedestrianismo pelas entidades responsáveis pela promoção turística?

O Vale do Sousa, é um território com atractivos paisagísticos interessantes, onde recentemente foram homologados percursos pedestres. Será que o pedestrianismo poderá ter um papel importante no desenvolvimento sustentável do turismo, numa região onde o sector se encontra ainda numa fase embrionária, embora com grandes expectativas pela aposta no projecto da Rota do Românico do Vale do Sousa? Que eventuais casos nacionais de sucesso poderão servir de referência, e que modelos eventualmente poderão ser seguidos?

### **2.2 - OBJECTIVOS DO ESTUDO**

1. Conhecer a importância do projecto ECO XXI, na persecução dos princípios e objectivos da Agenda 21; saber que adesão terá o ECO XXI 2006, por parte dos municípios, e que importância atribuem ao Turismo Sustentável no âmbito do projecto;
2. Perceber a importância actual do pedestrianismo para o desenvolvimento sustentável do turismo, nomeadamente na preservação dos seus recursos naturais; dos valores sociais e culturais e da importância para as actividades económicas locais, bem como analisar a sua dinâmica, conhecer os projectos e as perspectivas de desenvolvimento;
3. Identificar os principais destinos no território de Portugal continental, e conhecer: as componentes da oferta, a forma como são promovidos e comercializados, e em que quadro legal; identificar os principais mercados emissores nacionais e estrangeiros, quais são as suas principais motivações de procura, e quais os serviços que mais procuram.
4. Diagnosticar e caracterizar os atributos ambientais com relevância turística para a implementação de rotas de percursos pedestres no Vale do Sousa (Castelo de Paiva,

## **“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel), conhecer os percursos existentes e qual o seu enquadramento na oferta, e se estão integrados numa perspectiva de Turismo Sustentável, ou não;

5. Analisar casos nacionais em que o pedestrianismo tenha um papel importante para o desenvolvimento sustentável do turismo, tendo-os como referências de qualidade, e estabelecer uma comparação com o território do Vale do Sousa, tendo em vista concluir sobre eventuais projectos a implantar neste domínio no território;
6. Dar um contributo para a identificação de dinâmicas que se possam complementar e conjugar com o projecto da Rota do Românico do Vale do Sousa.

### **2.3 - FOMULAÇÃO DE HIPÓTESES**

**Hipótese 1 – Será a Agenda 21 local, em fase de implantação, e incentivada através de projectos que assentam e seguem os seus princípios – o caminho para o desenvolvimento sustentável - onde o turismo encerra um papel importante ?** H 1.1 – Sugere-se uma grande importância do projecto ECO XXI, para a sustentabilidade do desenvolvimento, pela grande envolvimento dos municípios. H 1.2 – Sugere-se o reconhecimento de um papel importante ao turismo sustentável, enquanto indicador do projecto ECO XXI, que se traduz em avaliação da existência ou não de práticas locais para um turismo sustentável; bem como uma insuficiente aposta neste indicador que pelo seu carácter transversal e multiplicador poderia revelar-se de grande importância para o desenvolvimento sustentável no seu todo.

**Hipótese 2 – Que papel tem o pedestrianismo no desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos em Portugal?** H 2.1 - Sugere-se que o pedestrianismo seja um elo de integração das dimensões: ambiental, sócio-cultural e económica. H 2.2 – Sugere-se que o pedestrianismo seja uma aposta na diferenciação, pela genuinidade e singularidade de atractivos que integra em cada região, e em cada local. H 2.3 – Sugere-se que o pedestrianismo, seja um produto capaz de gerar fluxos turísticos próprios, ou seja se apresente como principal atractivo do destino, mas que tenha grande importância enquanto actividade complementar aos atractivos centrais.

## **“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

**Hipótese 3 – Que expressão turística encerra o pedestrianismo, quais são as suas principais atracções, e de que infra-estruturas de apoio beneficia em toda a fileira?** H 3.1

- Sugere-se uma expressão em crescimento, e fortes perspectivas em resultado das políticas emanadas da Agenda 21, do PENT – Plano Estratégico Nacional de Turismo 2006-2015, e do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2015. H 3.2 – Sugere-se a existência de atracções naturais, culturais e de vivência de experiências memoráveis, associadas ao quotidiano rural. H 3.3 – Sugere-se a existência de alojamento em espaço rural, de adegas e restaurantes típicos, de venda de artesanato, e de serviços de apoio à interpretação.

**Hipótese 4 – Que mercado para o pedestrianismo em Portugal, que peso tem os mercados: interno e externo, que mercados emissores; qual o perfil do pedestrianista; e quais as motivações principais de procura?** H 4.1 – Sugere-se a existência de um mercado interno maioritariamente proveniente dos meios urbanos, e de um mercado externo proveniente de mercados como a França, a Espanha, Alemanha e Reino Unido. H 4.2 – Sugere-se um perfil do pedestrianista, com motivações associadas à necessidade de lazer; de contacto com a natureza; de contacto humano e cultural; de espírito aventureiro; de preservação do meio ambiente; e com maior proveniência de meios urbanos.

**Hipótese 5 – Qual a relevância do pedestrianismo no Vale do Sousa, que potencialidades existem com relevância turística para o desenvolvimento do Pedestrianismo, que importância é reconhecida a este produto turístico emergente, e que perspectivas de desenvolvimento?** H 5.1 – Sugere-se a existência de alguns percursos pedestres, e de bastante potencial para o desenvolvimento do pedestrianismo na região. H 5.2 – Sugere-se uma oportunidade de mercado, na ligação do pedestrianismo do Vale do Sousa, viabilizado pela área protegida do rio Paiva ao Douro; bem como uma oportunidade ancorada pelo projecto da Rota do românico do Vale do Sousa. H 5.3 – Sugere-se que o pedestrianismo seja estrategicamente importante para a sustentabilidade do destino turístico “Vale do Sousa” ainda em fase (inicial) de qualificação dos recursos, e de engenharia do produto.

### **2.4 - METODOLOGIA**

A metodologia adoptada tem como pano de fundo os princípios da Agenda 21, assentando em fundamentos que valorizam o envolvimento, e a participação activa dos principais actores, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, com visão de longo prazo, e portanto de

## **“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

futuro, onde se conjugam e cruzam os interesses das vertentes: ambiental, sócio-cultural e económica.

A metodologia assentou igualmente no conhecimento da existência de uma rede nacional de percursos pedestres homologados, o que representa a existência de trilhos com sinalização, interpretação e projecção de imagem, bem como na experiência pessoal de implantação de dois percursos pedestres em Felgueiras, território do Vale do Sousa.

Para conhecer o “estado da arte”, foi efectuado um estudo exploratório, através da revisão de literatura/conhecimento, sobre os domínios: turismo (destino turístico, produto turístico, pedestrianismo); desenvolvimento sustentável/desenvolvimento sustentável do turismo; consumo/turismo consciente ou responsável e marketing. O design da pesquisa, para a revisão de conhecimento consistiu num formato de captação de conhecimento científico nos domínios que tocam directamente com o objecto de estudo, incidindo a recolha sobre artigos de conhecimento científico nacionais e internacionais, disponíveis em revistas, jornais, estudos, sites na web, etc...

Numa segunda fase identificou-se o problema/oportunidade, definiram-se os objectivos e formularam-se hipóteses, tendo sempre como base o que se presumiu na pesquisa exploratória. Optou-se por um projecto de pesquisa descritiva (embora com alguma recolha exploratória) com adopção do método de pesquisa por levantamento, através de inquéritos dirigidos por correio electrónico. Esta pesquisa é basicamente quantitativa, assumindo alguma pesquisa qualitativa. Em termos de amostragem, optou-se por um método de amostragem não - probabilístico, com amostra por julgamento. Foram definidos os seguintes critérios de selecção:

- A. O Universo a representar é o território de Portugal Continental.
  
- B. As população-alvo são entidades dos vários domínios do estudo: do pedestrianismo (Federação Portuguesa de Campismo e Montanhismo); do desenvolvimento nacional, regional e local (Comissões de Coordenação e Desenvolvimento; Agência da Inovação; Direcções Regionais de Economia, Câmaras Municipais, parceiras da rede Leader +, Comunidade Urbana do Vale do Sousa); do turismo nacional e regional (Instituto de

## **“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

Turismo de Portugal, Direcção Geral de Turismo, e Regiões de Turismo), bem como empresas de animação turística licenciadas pela DGT, que são os principais (pelo menos potenciais) dinamizadores do Pedestrianismo enquanto produto turístico.

- C. Foi definido como critério nos casos dos municípios e das empresas de animação turística que o envio seria feito às entidades que disponibilizassem endereço de correio electrónico, nas listagens recolhidas das fontes oficiais: Associação Nacional de Municípios Portugueses e Direcção Geral de Turismo, respectivamente.

A técnica de recolha de dados utilizada - “realização de questionários, dirigidos por e-mail”, foi escolhida fundamentalmente porque, partindo da vantagem de ser uma abordagem ordenada e estruturada para a colecta de dados, acresce o facto de ser a forma mais célere na distribuição e na recolha de dados; a que sobressaiu como sendo a mais interessante para o entrevistado, podendo responder em horário da sua conveniência/preferência, sem a pressão que outras técnicas representam; a mais vantajosa em termos de custos (de longe a mais barata), permitindo assim adoptar no caso do municípios e das empresas de animação turística auscultar a quase totalidade da população, ao invés de auscultar apenas as resultantes de uma amostragem probabilística estratificada.

Foram seguidos os princípios básicos para a construção do questionário, incluindo a necessária codificação; e foi realizado um pré-teste. Basicamente foram usadas questões fechadas, com o objectivo de conseguir que as conclusões fossem convenientemente analisadas e generalizadas. Levantando-se no entanto algumas questões abertas. Serão estrategicamente explorados aspectos de maior relevo resultantes da análise que permita transpor conhecimento e dar contributos para o desenvolvimento turístico sustentado do Vale do Sousa, nomeadamente no que se refere a casos de sucesso no domínio do pedestrianismo.

### **2.5 – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

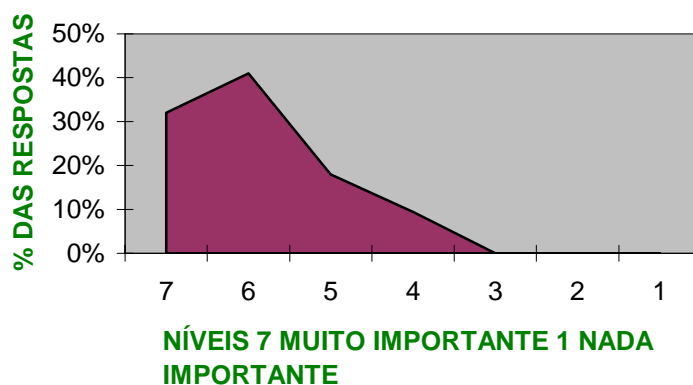
A pesquisa de marketing, foi efectuada através de inquéritos dirigidos por correio electrónico aos municípios; às empresas de animação turística; às regiões de turismo; e as várias entidades de âmbito regional e nacional já referidas na metodologia. A recolha foi satisfatória, tendo em conta o pouco tempo para um trabalho empírico com alguma ambição. Assim,

## “O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”

foram recebidos no total 58 questionários, com a seguinte proveniência: 34 dos municípios (12% da população-alvo); 9 das Regiões de Turismo (47% da população alvo); 12 das Empresas de Animação Turística (6% da população alvo); o questionário da Federação Portuguesa de Campismo e Montanhismo; o da Direcção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo, e o a Comunidade Urbana do Vale do Sousa. Considero uma boa representatividade da população alvo, quer pela percentagem inquirida nos caso dos municípios e das regiões de turistas, quer de uma forma geral pelo facto das respostas serem abrangentes ao território.

Dos resultados obtidos do inquérito dirigido aos municípios é de salientar a grande importância que reconhecem ao projecto ECO XXI para o desenvolvimento sustentável do turismo, conforme se pode verificar no gráfico infra. O ECO XXI, tem por base os princípios da Agenda 21, procurando reconhecer, valorizar e incentivar as boas práticas de sustentabilidade que ao nível local se desenvolvem, conjugando os interesses económicos, sociais e culturais.

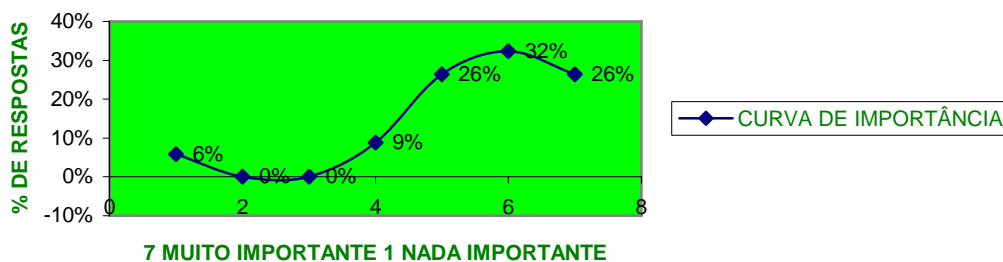
**GRÁFICO 1 - IMPORTÂNCIA DO ECO XXI PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO**



Os municípios consideram igualmente que o turismo é um importante indicador do projecto ECO XXI no quadro do desenvolvimento sustentável dos concelhos. No entanto, e porque o reconhecem seria importante que propusessem à Associação Bandeira Azul que lhe atribua maior importância, pois embora se considere importante não tem o peso que deveria pelo seu perfil transversal, multiplicador e promocional de boas práticas sustentáveis

## “O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”

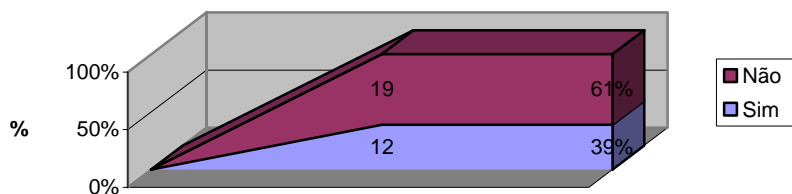
GRÁFICO 2 - IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA PELOS MUNICÍPIOS AO TURISMO ENQUANTO INDICADOR DO PROJECTO NO QUADRO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CONCELHO



Os municípios entendem que efectivamente o turismo sustentável deveria ser mais relevante no âmbito do projecto ECO XXI, a ver pelos 74% das respostas concentradas entre os níveis 7-6.

Os resultados do inquérito apontam para uma percentagem de 61% de municípios que não apresentaram candidatura ao ECO XXI, o que revela o atraso no cumprimento das directrizes do que internacionalmente foi aceite, com compromissos em termos da própria União Europeia de implantação da Agenda 21 Local, pois se o ECO XXI é um projecto - incentivo à adopção da Agenda 21, e se verifica a tendência de pouca participação, como aliás também teve em 2005, ano zero do projecto, perspectiva-se pouca prática sustentável.

GRÁFICO 3 - CANDIDATURA DOS MUNICÍPIOS AO ECO XXI 2006



Em termos do papel que o pedestrianismo representa para o turismo dos concelhos, foi revelador o interesse que se lhe reconhece, sendo que 77% das respostas se compreenderam entre os níveis 7-5 de relevância.

## **“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

Dos resultados obtidos do inquérito dirigido aos municípios, verifica-se que em termos de procura e oferta de infra-estruturas e serviços, existe bastante equilíbrio entre as principais preferências da procura e a maior capacidade da oferta: Restauração Típica, Posto de Turismo e Alojamento TER.

Em termos de mercados emissores, surgem como principais: o mercado interno proveniente do meio urbano; a Espanha, a Alemanha: o mercado interno proveniente do meio rural e a França. Abordando os mercados é interessante e estrategicamente importante perceber quais são as motivações que estão na base da procura. Os resultados classificam por ordem de preferência: contacto com a natureza; convívio; aventura; cultura ecológica; fuga ao stress do meio urbano.

Os resultados do inquérito dirigido às Regiões de Turismo revelam que em média 75% das Regiões de Turismo fazem promoção específica sobre o produto do pedestrianismo; incidindo mais em feiras de turismo, material editado, e através de acções com os operadores turísticos. A promoção é feita para os seguintes mercados: nacional, Espanha; França; Reino Unido; Alemanha e Holanda. Estes mercados são igualmente os que as regiões de turismo classificam como principais mercados emissores.

Em termos dos resultados do inquérito dirigido às empresas de animação turística, é se destacar o facto de o pedestrianismo fazer parte de 80% da oferta das empresas de animação turística inquiridas, sendo que em 83% do território onde as empresas exercem a sua actividade existem percursos pedestres homologados pela Federação Portuguesa de Campismo e Montanhismo: sendo 92% de pequena rota; 33% de grande rota e 8% território que faz parte de um percurso transeuropeu. Em termos da abordagem ao quadro legal em que as empresas exercem a sua actividade, nomeadamente em relação aos seguros e à exploração de espaços, todas as empresas (100%) confirmaram possuir todos os seguros para a prática da actividade e que quando é necessário obtém autorização para a utilização dos espaços destinados a comercializar o produto “pedestrianismo”

Os resultados das respostas ao inquérito que foi dirigido a entidades com responsabilidades nos domínios do turismo, do desenvolvimento e da coordenação, embora não consista na quantidade revela interesse de análise qualitativa, até porque foram estrategicamente

## “O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”

conseguidos. Trata-se da Federação Portuguesa de Campismo e Montanhismo; da Comunidade Urbana do Vale do Sousa e da Direcção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo. Da FCMP obteve-se a informação de que existem no território do Vale do Sousa apenas dois percursos pedestres homologados no concelho de Felgueiras, e mais dois, um em Castelo de Paiva e outro em Felgueiras registados, bem como a posição de que o pedestrianismo poderá ser uma mais valia para o Vale do Sousa pela via da sustentabilidade. Foi também confirmada a quantidade de percursos existentes no País, com formalização na FPCM, e é preocupante constatar que existem 315 PR registadas e apenas 35 PR homologadas, e 41 GR registadas e apenas 6 GR homologadas, pois se a homologação é a certificação da qualidade, e nesse que temos que caminhar no turismo, então existe a necessidade de fazer esforços acrescidos no sentido de garantir que não exista tanto impasse entre a ideia e a obra! De salientar a aposta da FPCM na formação junto das escolas e dos jovens, bem como em parcerias de prevenção da floresta.

Da Comunidade Urbana do Vale do Sousa, uma entidade com grandes responsabilidades no domínio do turismo do Vale do, o registo de que consideram que o pedestrianismo terá um papel importante no projecto da Rota do Românico do Vale do Sousa – de quem são a entidade gestora.

Dos *design* dos inquéritos dirigidos às diferentes populações-alvo resultou o interesse estratégico de conceber alguns questões que pudessem ser dirigidas para mais que uma população – alvo, na tentativa de dar maior consistência aos resultados.

Assim surgiram as mesmas questões para os Municípios e as Regiões de Turismo relativamente a projecto ECO XXI. Saliento o aumento verificado, através das expressivas 80% das respostas que se situaram entre os níveis 7-6, na questão que se colocou sobre, se o turismo sustentável deveria ter ou não um papel mais relevante no projecto,

A abordagem que se segue, sobre os resultados do trabalho empírico, inclui respostas das Regiões de Turismo, dos Municípios e das Empresas de Animação Turística.

O resultado da questão sobre a existência ou não de potencialidades para a criação de Rotas, foi de um “esmagador” 100%, considerando-se a existência de uma claro e maior potencial

## **“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

para as pequenas rotas (96%), depois para as grandes rotas (55%) e 35% para os percursos transeuropeus. Já, em termos práticos os números são diferentes: os resultados revelam que em 49% do território existem percursos pedestres homologados, o que é compreensível a ver pelo escasso número existente. Em relação à resposta por tipo de rota verifica-se a existência de pequenas rotas a 100%, de GR 22% e de percursos transeuropeus 7%.

É reconhecido ao pedestrianismo alguma importância no desenvolvimento turístico das áreas de destino. Entre os níveis de relevância 7-5, situam-se 67% das respostas.

Em termos da procura de infra-estruturas e serviços por parte dos pedestrianistas, verifica-se que: o Alojamento TER; a restauração típica e as Rotas culturais/cultura/património cultural são a tríade de preferência dos pedestrianistas. Segue-se Parques Naturais (quando é procurado é das primeiras preferências, como é natural); posto de turismo; hotelaria; posto de venda de produtos locais; alojamento particular; guia turístico; animação e outro património cultural.

Em termos de capacidade da oferta em serviços e infra-estruturas que fazem parte do produto, verifica-se que os Parques Naturais; os Postos de Turismo e o alojamento TER representam a maior capacidade, segue-se a hotelaria; a restauração típica; o posto de venda de produtos tradicionais, a animação, guia turístico, rotas culturais/cultura/património cultural, alojamento particular e outro património cultural. Verifica-se uma desproporção procura – oferta, relativamente às rotas culturais. A maior procura face à oferta pode dever-se ao facto de muitos percursos não incluírem património associado – pode ser uma oportunidade de mercado para o meio rural detentor de diversificado e interessante património cultural.

As motivações da procura são o contacto com a natureza; aventura; fuga ao stress do mundo urbano; convívio; cultura ecológica; produtos genuínos; quotidiano rural, e por fim o consumo consciente ou ecológico, embora a cultura ecológica seja igualmente um perfil de consumo responsável.

As motivações estão associadas a perfis de mercados. É fundamental quando se abordam estudos sobre a viabilidade de determinado produto, conhecer bem os mercados quer receptores quer emissores. Os resultados dos questionários classificam os mercados pela

## **“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

seguinte ordem de importância: mercado interno – meio urbano; Espanha; mercado interno – rural; Alemanha; França; Reino Unido; Holanda; outros mercados e Bélgica.

É igualmente importante perceber, como é comercializado o produto: 46% das respostas atestam que é feito pelas empresas de animação turística, o que revela importância tendo em conta que as empresas de animação turística são uma dinâmica recente e surgiu com vocação para este domínio de actividade; 38% atesta que os fluxos são provenientes do associativismo e apenas 17% defende que são comercializados por operadores turísticos.

Em termos de enquadramento na oferta, o pedestrianismo surge principalmente como um atractivo complementar (46%) depois como principal e complementar (38%) e depois como atractivo principal (17%)

### **PARTE III – CONCLUSÕES E PROPOSTAS**

#### **3.1 – CONCLUSÕES**

Os resultados do trabalho empírico foram proveitosos e pertinentes. Após uma longa fase de necessária fundamentação, surgiram agora dados objectivos e que acrescentam conhecimento. Será tempo agora de responder ao problema, e às hipóteses sugeridas e retirar oportunidades, tendo presente os objectivos traçados o objecto empírico.

Os Municípios e as Regiões de Turismo reconhecem a importância dos programas no âmbito da sustentabilidade para o turismo, no caso concreto o ECO XXI. Reconhecem igualmente que o turismo sustentável enquanto indicador do projecto tem um papel importante, e que deverá ser mais reconhecido. No entanto, os municípios não aderiram convenientemente ao projecto ECO XXI 2006, pois salta à vista uma percentagem acima dos 60% de não candidatos ao projecto. Ora, se a implantação da Agenda 21 Local está ainda atrasada na maioria dos municípios, e se o ECO XXI surgiu como um estímulo, e não existe grande adesão estamos perante uma situação de impasse em relação ao necessário desenvolvimento sustentável.

## **“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

Os indicadores são fortemente favoráveis ao desenvolvimento do pedestrianismo, a considerar pelo facto dos municípios lhe reconhecerem um papel relevante para o desenvolvimento turístico da áreas de destino ao nível local pela via da sustentabilidade, a ter em conta que 75% das regiões de turismo fazem divulgação específica do pedestrianismo nas feiras, com material editado e através do contacto com os operadores, a ter presente que 80% das empresas de animação turística tem entre a sua oferta o pedestrianismo, e que em 83% do território existem percursos pedestres homologados, e pelo indicador de que 100% dos inquiridos entre municípios, regiões de turismo e empresas de animação turística consideram existir potencialidades de criação de percursos pedestres. Mas, o elevado número de percursos pedestres registados face ao baixo número dos homologados, levantam uma preocupação pois se as entidades promotoras e a FPCM não passarem do registo à homologação, não temos a garantia da qualidade, que para o desenvolvimento turístico do pedestrianismo é fundamental.

Em termos da procura de infra-estruturas e serviços por parte dos pedestrianistas, verifica-se que: o alojamento TER; a restauração típica e as Rotas culturais/cultura/património cultural representam a maior preferência dos pedestrianistas. Em termos de capacidade da oferta em serviços e infra-estruturas que fazem parte do produto, verifica-se que os Parques Naturais; os Postos de Turismo e o alojamento TER representam a maior capacidade, segue-se a hotelaria; a restauração típica; o posto de venda de produtos tradicionais, a animação, guia turístico, rotas culturais/cultura/património cultural, alojamento particular e outro património cultural, que também representam procura dos pedestrianistas e que fazem parte do produto global. A desproporção procura – oferta, relativamente às rotas culturais, pode dever-se ao facto de muitos percursos não incluírem património associado – o que pode ser uma oportunidade de mercado para o meio rural detentor de diversificado e interessante património cultural, nomeadamente para o Vale do Sousa, onde existem várias aldeias com oferta diversificada que vai de encontro aos requisitos dos pedestrianistas, bem como às suas motivações da procura que são: o contacto com a natureza; aventura; fuga ao stress do mundo urbano; convívio; cultura ecológica; produtos genuínos; quotidiano rural, e por fim o consumo consciente ou ecológico, embora a cultura ecológica seja igualmente um perfil de consumo responsável.

## **“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

Os resultados dos questionários classificam os mercados pela seguinte ordem de importância: mercado interno – meio urbano; Espanha; mercado interno – rural; Alemanha; França; Reino Unido; Holanda; outros mercados e Bélgica.

É igualmente importante perceber, como é comercializado o produto: 46% das respostas atestam que é feito pelas empresas de animação turística, o que revela importância tendo em conta que as empresas de animação turística são uma dinâmica recente e surgiu com vocação para este domínio de actividade; 38% atesta que os fluxos são provenientes do associativismo e apenas 17% defende que são comercializados por operadores turísticos. Assim verifica-se que existe uma recente dinâmica de desenvolvimento do pedestrianismo através das empresas de animação turística que são os operadores mais vocacionados para dinamizar produtos mais focalizados e de escala mais reduzida, dirigida a nichos de mercado.

Em termos de enquadramento na oferta, o pedestrianismo surge principalmente como um atractivo complementar (46%) depois como principal e complementar (38%) e depois como atractivo principal (17%), daí a importância de encarar o pedestrianismo como uma componente associada a outros produtos, nomeadamente o turismo em espaço rural, o turismo de saúde e o touring – de rotas de património conforme a preferência que a procura regista.

Conclui-se que o papel do pedestrianismo para o desenvolvimento sustentável de um destino turístico, é relevante e de ter em maior consideração por parte dos municípios, das regiões de turismo, das empresas de animação turística. Não se identificaram ao nível do pedestrianismo destinos fortes e comercializados pelos grandes operadores, porque efectivamente se conclui que o pedestrianismo é uma actividade de cariz complementar embora represente um atractivo em si mesmo, que é dirigida a mercados alternativos e específicos, que é contrária ao turismo de massas e por deve desenvolver-se através de uma maior dispersão territorial e que os principais operadores são as empresas de animação turística.

A tendência é de crescimento, quer do turismo quer do desenvolvimento sustentável pelo que concluo que o pedestrianismo deve efectivamente ter um papel relevante no desenvolvimento turístico, pela via da necessária sustentabilidade.

## “O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”

Em relação à aplicabilidade do pedestrianismo no Vale do Sousa, verifica-se potencial associado ao Turismo em Espaço Rural produto com tendência de desenvolvimento turístico, associado igualmente a outros produtos alternativos, ao turismo de saúde que também tem previsão de crescimento, e sobretudo associado à Rota do Românico que será a âncora do desenvolvimento turístico da região, e à qual se considera que o pedestrianismo possa ter forte ligação.

### 3.2 - PROPOSTAS

Como vimos as motivações de procura e as preferências de serviços e infra-estruturas enquadram-se perfeitamente no tipo de oferta que o Vale do Sousa representa, sendo obviamente necessário que se revele uma maior dinâmica por parte de todos os agentes públicos e privados, sendo actualmente a grande oportunidade pelo grande enfoque que o projecto da Rota do Românico vai fazer sentir. Assim faço as seguintes propostas:

- Aproveitamento da grande riqueza paisagística, e da existência de uma área protegida que abrange o concelho de Castelo de Paiva, para a criação de pequenas e grandes rotas, ao nível de cada concelho, e da região – valorizando a oferta rural, natural e protegida; bem como a ligação ao património e à Rota do Românico. A ligação a rotas temáticas, como são os casos da Rota dos Vinhos da Europa e dos Caminhos do Atlântico, é de explorar pelo interesse estratégico de ligação cultural aos mercados da Europa, e da visibilidade da marca da região.
- Incentivo ao aparecimento e empresas de animação turística na região, para surgiram como os principais operadores de *incoming* para a região, neste domínio;
- Qualificação da restauração típica, e desenvolvimento do artesanato para uma maior vocação turística como componentes associadas ao pedestrianismo e ao turismo em espaço rural
- Dinamização do alojamento TER que tem forte associação com o pedestrianismo.

## **“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

Este trabalho apresenta limitações, motivadas pelo pouco tempo de que dispus tendo em conta o tipo de trabalho a que me propus. Por outro lado, o trabalho encontra também algumas limitações relacionadas com mais algumas ideias que poderiam ser explorar nos inquéritos, pois o conhecimento é algo inesgotável e perante ele somos apenas sempre aprendizes.

Faço também sugestões para outros estudos no domínio do pedestrianismo, pois trata-se de um fenómeno que “mexe” com várias áreas do conhecimento científico, devido ao seu carácter multidisciplinar, e é uma área que precisa de desenvolver-se em termos científicos. Uma sugestão será fazer um estudo de *benckmarking* em França ou na Alemanha – mercados receptores e emissores mais amadurecidos visando a sua aplicação em Portugal.

**“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM  
DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

**“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM  
DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

**“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM  
DESTINO TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

**“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO  
TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

**“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO  
TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

**“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO  
TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

**“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO  
TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

**“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO  
TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

**“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO  
TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

**“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO  
TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

**“O PAPEL DO PEDESTRIANISMO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UM DESTINO  
TURÍSTICO – A SUA APLICABILIDADE AO VALE DO SOUSA”**

## **BIBLIOGRAFIA**

Alberta Recreation and Parks Association (2006) Trail Development

Brás, J, 2005, *Interpretação em Áreas Protegidas*, RT&D, Volume II (2), pp. 25-34;

Brito, M, e Silva, C, 2005, *Turismo e Planeamento: A continuidade ou a Auto – Destruição*, RT&D, Volume II (2), pp. 11-24;

Butler, 2003, In: Martins, J, 2004, *Sustentabilidade e globalização*, RT&D, Volume I, N.º 1, PP. 15 – 20,

Cabugueira, A, 2005, A importância económica do Turismo, *RT&D*, Volume II (2), pp. 97-104;

Comissão Europeia, 1999, In: Universidade do Algarve, 2001, *Projecto de Investigação “Construção de Indicadores de Avaliação da Qualidade no Turismo”*, Relatório Final Volume I, P.13

Club Marco Pólo. Disponível em <http://www.clubmarcopolo.es/trekkings/madeira.htm>. [Consultado em 29.05.2006]

Ministério da Economia e da Inovação, Secretaria de Estado do Turismo, 2006, *Plano Estratégico Nacional do Turismo*, Lisboa

Davidson, 1997, In: Universidade do Algarve, 2001, *Projecto de Investigação “Construção de Indicadores de Avaliação da Qualidade no Turismo”*, Relatório Final Volume I, P.13

Deng, J, et al., 2003, Assessment on and Perception of Visitor’s Environmental Impacts of Nature Tourism: A case Study of Zhangjiajie National Forest Park, China, *Journal of Sustainable Tourism*, Volume 11, N.º 6, pp. 529-548

DHV FBO Consultores, S.A, Departamento: DHV Management Consultants, 2004, *Plano de Acção para a Implementação e Dinamização Turística e Cultural da Rota do Românico do Vale do Sousa, I Parte – Enquadramento e Estruturação da Rota do Românico do Vale do Sousa*, Porto

EAA e ATON, 200:4, In: Lee, W, e Moscardo, G, 2005, *Understanding the Impact of Ecotourism Resort experiences on tourists. Environmental Attitudes and Behavioural Intentions*, Journal of Sustainable Tourism, Volume 13, N.º 6, 546-565

Fennell, 1999, In: Brás, J, 2005, *Interpretação em Áreas Protegidas*, RT&D, Volume II (2), pp. 25-34;

FNNPE, 1993, *Loving Them to Death: Sustainable Tourism in Europe's Nature National Park's*, Federation of Nature and National Parks of Europe, Grafenau, Germany

Gonçalves, A, 2005, *Turismo Cultural, um Complemento ao "Sol e Praia"*, RT&D, Volume II (2), pp. 45-60;

Gonçalves, J, 2003, *Passo – a – Passo Percursos Pedestres de Portugal*, Federação Portuguesa de Campismo, Instituto Nacional de Desporto, Lisboa

Inskip, E, 1991, In: Brás, J, 2005, *Interpretação em Áreas Protegidas*, RT&D, Volume II (2), 25-34;

International Friends of nature, Europe needs a sustainable tourism strategy. Disponível em <http://www.nfi.at>. [consultado em 10.08.2006]

Lane, 1999, In: Rodrigues, A, 2004, *Trilhos Pedestres e Turismo: uma análise exploratória ao mercado dos trilhos pedestres em Portugal*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro;

Martins, J, 2004, *Sustentabilidade e Globalização*, RT&D, Volume I, N.º 1. pp. 15-20

Rodrigues, A, 2004, *Trilhos Pedestres e Turismo: uma análise exploratória ao mercado dos trilhos pedestres em Portugal*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro;

Middleton, 1988: 78-81, In: Kastenzholz, E, 2005, *Contributos para o Marketing de Destinos Rurais – O Caso do Norte de Portugal*, RT&D, Volume II (1), 21-33;

Kastenzholz, E, 2005, *Contributos para o Marketing de Destinos Rurais – O Caso do Norte de Portugal*, RT&D, Volume II (1), 21-33;

SAL – Sistemas de Ar Livre. Disponível em <http://www.sal.pt>. [Consultado em 15.05.2006]

Seitz e Meyer, 1995:11, In: Kastenzholz, E, 2005, *Contributos para o Marketing de Destinos Rurais – O Caso do Norte de Portugal*, RT&D, Volume II (1), 21-33;

Silva, 1992, Gunn, 1988, Travis, 1989, In: Universidade do Algarve, 2001, *Projecto de Investigação “Construção de Indicadores de Avaliação da Qualidade no Turismo”*, Relatório Final Volume I, P.13

Stiglitz, 2002, In: Martins, J, 2004, *Sustentabilidade e globalização*, RT&D, Volume I, N.º 1, PP. 15 – 20;

Swarbrooke, 1995, In: DHV FBO Consultores, S.A, Departamento: DHV Management Consultants, 2004, *Plano de Acção para a Implementação e Dinamização Turística e Cultural da Rota do Românico do Vale do Sousa, I Parte – Enquadramento e Estruturação da Rota do Românico do Vale do Sousa*, p. 14

The State of Victoria. Parks of Victoria. (2004). Victorian Trails Strategy. Victoria